

SPE INOVA BH S.A.
CNPJ/MF Nº 16.543.194/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2014

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Minas Gerais, 25 de fevereiro de 2015.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)

ATIVO	2014	2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	15.188	524
Ativo financeiro da concessão (Nota 7).....	94.112	102.061
Adiantamentos a fornecedores	6.032	18.501
Estoques (Nota 8).....	4.526	9.440
Outros ativos	1.339	243
	<u>121.197</u>	<u>130.769</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Fundo restrito (Nota 9).....	2.439	
Ativo financeiro da concessão (Nota 7).....	132.041	29.756
Outros ativos	401	33
	<u>134.881</u>	<u>29.789</u>
Imobilizado (Nota 10).....	359	252
Intangível	3	
	<u>135.240</u>	<u>30.041</u>
Total do ativo	<u>256.440</u>	<u>160.810</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2014	2013
Circulante		
Financiamentos (Nota 11).....	48.050	53.889
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 12).....	7.251	7.581
Obrigações sociais e trabalhistas	167	97
Impostos, taxas e contribuições (Nota 13).....	532	1.438
Partes relacionadas (Nota 14)	8.285	
	<u>56.000</u>	<u>71.290</u>
Não circulante		
Financiamentos (Nota 11).....	102.479	48.156
Impostos, taxas e contribuições (Nota 13).....	7.015	885
Tributos diferidos (Nota 15 (b)).....	12.102	919
Tributos sobre contraprestação (Nota 15 (a))	31.355	13.774
	<u>152.951</u>	<u>63.734</u>
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 16 (a)).....	24.000	24.000
Reserva de lucros (16 (b)).....	23.489	1.786
	<u>47.489</u>	<u>25.786</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>256.440</u>	<u>160.810</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social Subscrito	Reserva legal	Reserva especial		
Em 1º de janeiro de 2013	15.000			(3.813)	11.187
Lucro líquido do exercício				5.599	5.599
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	9.000				9.000
Constituição de reservas.....		89	424	(1.786)	
Em 31 de dezembro de 2013	24.000	89	424	1.273	25.786
Lucro líquido do exercício				21.703	21.703
Transações com acionistas:					
Constituição de reservas.....		1.085	5.154	(21.703)	
Em 31 de dezembro de 2014	24.000	1.174	5.578	16.736	47.489

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais – A SPE Inova BH S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Minas Gerais, constituída em 27 de junho de 2012, tendo como objeto social, a exploração da concessão administrativa para realização das obras e serviços não pedagógicos das unidades de ensino da rede municipal de educação básica do município de Belo Horizonte durante o prazo estabelecido no Edital de Licitação da concorrência internacional nº 001/2012 e no instrumento firmado entre o município de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (“Poder Concedente”) e a Companhia. De acordo com o contrato da concessão administrativa assinado em 24 de julho de 2012, seriam construídas 37 unidades de ensino sendo 32 Unidades Municipais de Ensino Infantil (“UMEI”) e 5 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (“EMEF”). Em 25 de junho de 2014, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão administrativa, o qual prevê a inclusão de 14 novas UMEIs, passando de 32 para 46, alterando o valor pago a título de Aporte Público pelo Poder Concedente de R\$ 100.000 para R\$ 150.000 (denominado de “aporte público”). As garantias do contrato ficaram inalteradas. A concessão terá o prazo de 20 anos, conforme estabelecido no Edital de Licitação. O prazo de conclusão das construções das escolas será em fevereiro de 2016 conforme acordado em contrato. Até 31 de dezembro de 2014 foram entregues 20 UMEIs e 4 EMEFs (4 UMEIs em 31 de dezembro 2013), totalizando 24 unidades de ensino entregues. A operação da concessão administrativa inclui serviços de segurança, utilidades, infraestrutura de rede e dados local, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 25 de fevereiro de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Ativos financeiros. 2.3.1 Classificação** – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Ativo financeiro da concessão” e “Fundo Restrito” (Notas 6, 7 e 9 respectivamente). **2.3.2 Compensação de instrumentos financeiros** – Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.3.3 Impairment de ativos financeiros** – A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.4 Ativo financeiro da concessão** – Refere-se à parcela dos direitos a faturar ao poder concedente decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a realização das obras de infraestrutura das UMEIs e EMEFs, e estão classificadas no ativo circulante quando o prazo de recebimento for equivalente a 12 meses ou menos. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O saldo é composto pelos direitos a faturar do contrato de parceria público privado e valores efetivamente faturados para o Poder Concedente nas entregas das UMEIs e EMEFs (Nota 7). **2.5 Adiantamento a fornecedores** – Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados aos valores de custo e representam valores pagos a fornecedores gastos na obra de infraestrutura, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais. **2.6 Estoques** – Os estoques são demonstrados ao custo e o método de avaliação é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em até 12 meses. **2.7 Outros ativos** – Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.8 Fundo restrito** – O fundo restrito é registrado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. Inclui contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados, sendo corrigida pela remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiros (“CDI”) (Nota 9). Esta conta não possui liquidez imediata e pode ser movimentada apenas mediante autorização. **2.9 Imobilizado** – O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 10). Os valores

residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado. **2.10 Financiamentos** – Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11 Fornecedores e outras contas a pagar** – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. **2.12 Imposto de renda e contribuição social diferidos** – As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (Nota 15 (b)). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.13 Demais passivos** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **2.14 Reconhecimento da receita** – A receita compreende o valor justo a receber pela prestação de serviços de apoio e de construção da infraestrutura. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: **(a) Receita de construção** – A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública (Interpretação técnica ICPC 01 e Orientação OCP 05 – Contratos de Concessão), uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido da margem, mediante incorporação da margem de construção de 6,20 % somados a alíquota de 14,25% dos impostos incidentes sobre o faturamento e aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência. As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude dos serviços prestados, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro da concessão. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão** – A receita de atualização do ativo financeiro representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **(c) Receita de contraprestação mensal** – A receita de contraprestação mensal (“CPM”) é reconhecida a partir do início da prestação dos serviços de apoio não pedagógicos, que compreendem serviços de segurança, utilidades, infraestrutura de rede e dados locais, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. **(d) Receita financeira** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 20). **2.15 Lucro por ação** – A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.16 Tributos sobre contraprestação** – Os tributos sobre a contraprestação contemplam Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e o Imposto Sobre Serviço (“ISS”) às respectivas alíquotas de 1,65%, 7,6% e 5%. Tais tributos são calculados com base na receita de construção e sobre a atualização do ativo financeiro, sendo o reconhecimento mensal na demonstração do resultado do período, e a amortização pelo pagamento às autoridades fiscais. **2.17 Regime Tributário de Transição – RTT** – No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015, ou com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, desde que seja feita uma opção pelo contribuinte. A sua adoção antecipada para 2014 elimina os efeitos do RTT, trazendo novas regras de apuração de tributos. A Companhia não optou antecipadamente pela adoção do RTT de acordo com a Lei nº 12.973/14, não havendo impacto sobre sua apuração de tributos. **2.18 Benefícios a empregados. Obrigações de aposentadoria** – A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

	2014	2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Operações continuadas		
Receitas líquidas (Nota 17).....	153.178	113.758
Custos (Nota 18).....	(114.796)	(104.708)
Lucro bruto	<u>38.382</u>	<u>9.050</u>
Despesas		
Gerais e administrativas (Nota 19)	(6.228)	(2.476)
Lucro operacional	<u>32.154</u>	<u>6.574</u>
Resultado financeiro		
Resultado financeiro, líquido (Nota 20).....	732	(56)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>32.886</u>	<u>6.518</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 15(b)).....	(11.183)	(919)
Lucro líquido do exercício	<u>21.703</u>	<u>5.599</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>21.703</u>	<u>5.599</u>
Lucro por ação básico e diluído das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação) (Nota 21).....	<u>0,90</u>	<u>0,34</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro

	2014	2013
(em milhares de reais)		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	32.886	6.518
Ajustes:		
Depreciação e amortização	29	11
Atualização do ativo financeiro (Nota 17).....	(29.501)	(1.324)
Tributos sobre atualização do ativo financeiro	4.203	149
Margem de construção	(8.553)	(7.864)
Juros e variações monetárias, líquidas	11.419	6.270
	<u>10.483</u>	<u>3.760</u>
Variação dos ativos e passivos:		
Ativo financeiro da concessão	(42.904)	(105.593)
Adiantamento a fornecedores	12.469	(18.494)
Estoques	4.914	(9.440)
Outros ativos	(1.464)	(276)
Fornecedores	(330)	7.581
Obrigações sociais e trabalhistas.....	70	97
Impostos, taxas e contribuições.....	5.224	2.323
Caixa líquido aplicado nas operações	<u>(11.538)</u>	<u>(120.042)</u>
Juros pagos (Nota 11)	(14.773)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(26.311)</u>	<u>(120.042)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundo restrito	(2.439)	
Aquisições de imobilizado	(136)	(263)
Aquisições de intangível	(3)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.578)</u>	<u>(263)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital		9.000
Captação de financiamento (Nota 11).....	137.014	96.000
Amortização do financiamento (Nota 11).....	(85.402)	
Partes relacionadas	(8.059)	8.059
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>43.553</u>	<u>113.059</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>14.664</u>	<u>(7.246)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>524</u>	<u>7.770</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>15.188</u>	<u>524</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 27. Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados. **2.19 Capital social** – As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros** – A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas de perdas de *impairment* para os ativos financeiros. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos** – A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas operadas para recuperação ou liquidação desses valores. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 15 (b)). **(c) Reconhecimento de receita** – Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção, estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro** – A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, conta reserva, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(a) Risco de liquidez** – É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(b) Risco com taxa de juros** – O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **(c) Risco de crédito** – O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo conta a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(d) Derivativos** – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. **4.2 Gestão de capital** – Os